

Objeto de deleite e imitação para muitos, esse tipo de teatro notabilizou-se pela façanha do *coup de théâtre*, jogo cênico que consistia na exposição “comedida” das tensões e dos conflitos sociais do momento: “[...] determinada maneira de tratar o adultério, as relações entre homens e mulheres, a mudança das relações entre gerações e o *status* do casamento” (p. 231) eram alguns dos temas que mais faziam sucesso. Da sociedade real à sociedade representada não havia, portanto, um reflexo mecânico que buscasse reproduzir fielmente o que acontecia fora dos palcos. O teatro era lugar de invenção, de encenação e reencenação; era um processo cultural aberto no qual recepção e produção interagiam entre si numa dialética do oculto e do exibido, cujos limites estavam sempre em negociação.

Talvez seja justamente esse potencial transformador do espetáculo, esse método de rearranjar as engrenagens da estrutura social a partir do imaginário das pessoas, que tenha feito da censura o algoz das artes dramáticas por tempo demais. De fato, se ela interditou inúmeras peças que feriam os “sentimentos estabelecidos” das classes dominantes, também estimulou nos dramaturgos a criação de inúmeros recursos dissimuladores capazes de dizer com o corpo e sem as palavras. Até que a censura cessasse de vez, autores, diretores e atores teriam de trabalhar numa perspectiva cifrada e repleta de deixas simbólicas, mas que nunca perderam seu poder enunciativo. O teatro é mesmo assim: faz do silêncio uma réplica protagonista.

Nota

1. Heloisa Pontes em *Intérpretes da metrópole* (2011) propõe e desenvolve aquilo que chama de mecanismo de *burla* das convenções de gênero, no qual o corpo da atriz é capaz de subverter as inscrições corporais de gênero (e também idade) a partir da dinâmica da encenação teatral.

Referências Bibliográficas

- DEBORD, Guy. (1997), *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- PONTES, Heloisa. (2012), “Sociedade em cena”, introdução à edição brasileira. In: CHARLE, Christophe.

A gênese da sociedade do espetáculo: teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena. São Paulo, Companhia das Letras.

Karl Polanyi, *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012. 382 pp.

Eduardo Vilar Bonaldi

Doutorando em sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH).

Finalmente ganhamos acesso, em língua portuguesa, às ideias seminais e ao projeto investigativo ambicioso que Karl Polanyi perseguiu em seus últimos anos de vida, cuja conclusão foi impossibilitada pela morte do autor em 1964, infelizmente. O livro *A subsistência do homem e ensaios correlatos* é composto pela tradução de dez capítulos de *The livelihood of man*, obra organizada por um de seus estudantes e discípulos, Harry H. Pearson (Polanyi, 1977), que, após a morte de Polanyi, trabalhou anotações de aula, fragmentos de textos e capítulos conclusos relativos ao livro que Polanyi planejara publicar sob o mesmo título. Ademais, a obra em português também reúne outros seis ensaios que retomam e aprofundam as teses apresentadas nos artigos oriundos do original¹. Esses dezesseis textos, todos inéditos em português, são precedidos por uma competente introdução à obra de Polanyi, escrita pelo professor italiano Michele Cangiani.

O primeiro dos textos evidencia a “falácia economicista”, segundo a qual os fenômenos e os processos econômicos das sociedades humanas são reduzidos àqueles associados à forma especificamente moderna do mercado: um erro lógico que não apenas implica o absoluto desconhecimento sobre as relações de produção e distribuição, ocorridas ao longo da maior parte da história dos homens, como, igualmente, um equívoco que se desdobra, do ponto de vista ideológico, na naturalização da autonomia de que os

fenômenos econômicos gozam sobre as demais esferas da sociabilidade humana (as esferas política, religiosa, estética etc.) nas sociedades modernas.

Desse modo, a desnaturalização da experiência societária moderna – marcada pela autonomia e pela ascendência da dimensão econômica – é conduzida ao longo do livro à medida que Polanyi esclarece os dois sentidos implícitos da economia (formal e substantivo), ou quando ele ilustra as diversas formas de integração das sociedades humanas, observáveis no *continuum* histórico, segundo as quais a economia era enraizada de maneiras surpreendentemente distintas ora na política, ora na religião, nas dinâmicas de alianças bélicas ou matrimoniais entre clãs e tribos, nos regulamentos jurídicos etc.

Assim, esse processo de desnaturalização – ou, em outros termos, esse desafio aberto ao nosso senso comum ideologicamente orientado pelo domínio contemporâneo do sistema de mercado – toma seus aspectos definitivos quando o autor explora ostensivamente as origens históricas da “tríade catalática”, isto é, quando (manipulando habilmente sua vasta e impressionante erudição histórica) Polanyi evidencia que o dinheiro, o comércio e o mercado possuem existências históricas independentes e qualitativamente incomparáveis, opondo-se a uma longa linhagem do pensamento ocidental que se fundamenta em sua natureza lógica ou sua origem histórica supostamente comum. Ao longo desse percurso argumentativo, tornam-se progressivamente claras as afirmações mais contundentes que o autor húngaro crava, em diversas oportunidades, sobre as sociedades modernas. Isto é, compreendemos por que a lógica autorreferenciada da economia moderna imprime ascendência sobre a sociedade, então convertida em “um mero acessório” dos mercados, tornando as relações sociais enraizadas e subordinadas à economia, enquanto, ao longo de toda a história humana desdobrada até a emergência moderna do “sistema oferta-demanda-preço”, fora justamente o inverso que se impunha. Eram as relações econômicas que se encontravam enraizadas e

subordinadas às relações sociais de natureza política, jurídica, religiosa, estética etc.

Sabidamente, essa noção de enraizamento está no fundamento da perspectiva avançada por Polanyi. Nesse sentido, é necessário destacar o enorme serviço que o texto introdutório de M. Cangiani presta ao distinguir o conceito de enraizamento de Polanyi da noção homônima utilizada pelos autores da chamada Nova Sociologia Econômica (NSE). Essa distinção é de extrema relevância para a justa apreciação da obra de Polanyi nos dias de hoje, na medida em que o texto de M. Granovetter, conhecido como uma espécie de manifesto fundador da NSE (Granovetter, 1985), ancora-se justamente na noção de enraizamento (*embeddedness*) avançada por Polanyi. Cangiani argumenta, entretanto, que Polanyi seria um dos autores que teria cometido o equívoco de ignorar o poder de agência dos indivíduos na análise dos processos e dos fenômenos econômicos, compreendendo-os na chave da “sobressocialização” (*oversocialization*). A introdução esclarece, ainda, que Granovetter e outros autores da NSE não levam em conta o fato central de que a escala de observação e o nível analítico em que se inscrevem as preocupações intelectuais de Polanyi são sensivelmente mais amplos do que a escala e o nível que informam a perspectiva e os interesses teóricos e analíticos da NSE.

Em outros termos, certos autores da NSE – no afã de defenderem o que há de novidade em sua área de estudos – transpõem irrefletidamente os critérios de sua análise microsociológica dos contextos de modulação da ação econômica para exercer uma crítica injusta sobre a obra de K. Polanyi e, desse modo, contribuir para a obliteração de sua pertinência e validade contemporânea.

Nesse sentido, em vez de ser julgada a partir dos critérios analíticos formulados no campo dos interesses próprios à NSE, a obra de Polanyi deve ser encarada pelo escopo analítico e pela amplitude histórica dos autores que se dedicaram – cada qual com sua própria perspectiva – a apreender os traços

gerais e permanentes que singularizam o capitalismo moderno ante as formações socioeconômicas que o precederam na história das sociedades humanas. Ou seja, a obra de Polanyi deve ser recepcionada em função, primordialmente, de seus diálogos implícitos e explícitos com os trabalhos clássicos de autores como Ferdinand Tönnies, Karl Marx e Max Weber.

É justamente sob esse prisma que a profundidade e a originalidade dos ensaios que compõem o livro em questão podem ser adequadamente apreciadas. Ao enveredar por seus ensaios, o leitor poderá facilmente discernir o profundo grau em que Polanyi é tributário das análises e ideias de Marx e Weber², constantemente citados ou implicitamente referenciados em praticamente todos os artigos do livro.

Polanyi bebe da fonte marxista, por exemplo, ao afirmar que o fato inédito e definidor para a universalização a todas as áreas da atividade econômica humana – a partir da Inglaterra do século XIX – do “sistema oferta-demanda-preço” (o princípio autorregulador do mercado) foi a mercantilização da força de trabalho e da terra; ou seja, a mercantilização do homem e da natureza, que embora não tenham sido, obviamente, “produzidos” como mercadorias, com a Revolução Industrial passam, entretanto, a ser organizados pelo princípio autorregulador do mercado.

Desse modo, em várias passagens do livro, Polanyi reproduz a genealogia histórica do capitalismo, de raízes inequivocamente marxistas, que é extensivamente trabalhada em sua obra mais conhecida (Polanyi, 1980).

Quanto a M. Weber, há citações diretas das obras de sociologia histórica e comparada do autor, como o ponto em que Polanyi concorda com a interpretação de Weber sobre a precedência histórica do comércio exterior ante o comércio “interior” (p. 130). Ademais, há também ocorrências mais sutis e interessantes, nas quais o raciocínio analítico do autor se manifesta de forma implicitamente análoga ao *modus operandi* de Weber em suas amplas e conhecidas análises sociohistóricas.

De modo análogo a como Weber argumenta, por exemplo, que as religiões místicas (fundadas nas experiências de êxtase ou de contemplação do divino) bloqueiam as vias históricas para o desenvolvimento do ascetismo intramundano e, por consequência, da racionalização econômica, Polanyi delinea sua explicação sobre o fato de que os grandes impérios hidráulicos da Antiguidade³ interditarão as possibilidades de desenvolvimento histórico dos mercados ao sancionarem as transações “disposicionais”, ou seja, as transações de bens e produtos cuja dinâmica e funcionamento são preestabelecidas por disposições legais, não sendo definidas, desse modo, nem pelo senso de oportunidade, nem pela iniciativa de transação dos agentes em interação por ocasião das mesmas (p. 128).

Essas ocorrências deixam entrever a magnitude da influência que os trabalhos de sociologia histórica e comparada de Weber exerceram sobre Polanyi, ao ponto de modularem o próprio raciocínio analítico do autor húngaro e sua opção pelos estudos comparativos de largo fôlego e amplitude histórica – aos quais temos acesso nesse livro.

Não obstante, sustentar que Polanyi seja um simples amalgamador das ideias e teses de Marx e Weber seria uma visão insuficiente e equivocada sobre sua obra. Certamente, o que o leitor encontrará de mais precioso nos artigos desse livro são justamente as passagens em que o autor manifesta toda a sua originalidade e ousadia ao lançar desafios, ora abertos, ora implícitos, às interpretações clássicas de Marx e Weber sobre o capitalismo.

A certa altura (p. 129), por exemplo, ele situa Marx em uma tradição que retrocederia até Aristóteles e se caracterizaria pela interpretação de que o comércio, o dinheiro e o mercado seriam aspectos diferentes do mesmo processo ou fenômeno econômico. Boa parte do livro dedica-se, então, justamente a refutar e a desconstruir essa interpretação, argumentando que o comércio e o dinheiro são dotados de existências históricas anteriores, independentes e qualitativamente incomparáveis ao mercado.

O leitor certamente se surpreenderá com o impressionante arsenal de evidências históricas e empíricas que Polanyi é capaz de arremeter, com segurança, a favor de seu argumento: ele passa pela Grécia, pelos vikings ocidentais, pelo célebre *kula* dos trobriandeses, comenta as companhias de comércio organizadas no período das grandes navegações (certamente mais familiares a nós, leitores brasileiros) e de outras épocas e sociedades, até alcançar, por fim, a emergência histórica do mercado propriamente dito, isto é, do “sistema oferta-demanda-preço” no século XIX.

Entre as muitas evidências apresentadas para distinguir a incomparabilidade das manifestações históricas do comércio e dos usos do dinheiro, de um lado, e da emergência moderna do mercado, de outro, Polanyi argumenta, por exemplo, que o “comércio de presentes” nas sociedades tribais – que geralmente sela os laços políticos e matrimoniais entre tribos ou clãs vizinhos – e o “comércio administrado” – as formas de comércio cujas proporções de equivalência entre os produtos trocados são predefinidas pela sanção semirreligiosa da autoridade política (observáveis desde a Antiguidade) – em nada se avizinham do moderno “sistema oferta-demanda-preço” – ou seja, do mercado.

Certamente, discutir, como Polanyi sugere, se Marx é realmente insensível às formas históricas do comércio e dos usos do dinheiro qualitativamente incomparáveis à realidade do moderno sistema de mercado é uma questão completamente aberta ao debate. Porém, o segundo desafio que Polanyi lança a Marx e aos marxistas é mais incisivo, por endereçar justamente a tomada de partido teórico central a essa tradição intelectual. Esse segundo desafio é igualmente estendido à filosofia utilitarista e, em certo sentido, à Max Weber.

Segundo Polanyi, tanto o marxismo quanto o utilitarismo discernem motivações “materiais” e “ideais” à ação dos homens em sociedade, assumindo que os incentivos “materiais” são, por excelência, as

motivações preferenciais a partir das quais a conduta dos homens é, consciente ou inconscientemente, organizada (p. 211).

O pensador húngaro argumenta, no entanto, que a orientação materialista dos interesses e da ação não deve ser pensada enquanto condição ontológica da sociabilidade humana – como o faria não somente o materialismo histórico, mas também o utilitarismo – pois, na verdade, essa orientação materialista seria própria e exclusiva tão somente à sociabilidade moderna.

Segundo Polanyi, como nenhuma sociedade pode subsistir sem um aparelho produtivo, quando, de forma inédita na história humana, a economia passa a se organizar em uma esfera destacada e independente das demais esferas que caracterizam a existência do homem em sociedade, essa esfera econômica autônoma e, por consequência, seus estímulos e incentivos materiais passam a adquirir crescente ascendência sobre as demais esferas da sociabilidade humana.

Isso equivale a afirmar que a existência social do homem não pode ser explicada, em qualquer sociedade e época, pelas injunções oriundas da esfera econômica, mas que, na verdade, apenas a existência social humana sob o capitalismo poderia ser adequadamente esclarecida por essas injunções. É precisamente nesse sentido que Polanyi afirma que a modernidade capitalista é a primeira sociedade “econômica” na história humana.

Em outros termos, para o autor, tanto o materialismo histórico quanto a filosofia materialista do utilitarismo têm seu raio de pertinência delimitado pela experiência histórica da modernidade capitalista. Eles não refletem a condição ontológica do homem em sociedade, mas a forma como a economia foi organizada e articulada ao todo da experiência social humana a partir da Revolução Industrial.

Novamente, Polanyi não poupa erudição histórica para avolumar evidências favoráveis a essa tese, demonstrando que, nas mais diversas sociedades no *continuum* da história humana, a ação econômica en-

controu as mais diferentes e imprevisíveis motivações, tendo sido calcada ora na tradição, ora nos deveres de honra e *status*, na religião, nas regulamentações das autoridades políticas, nos princípios estéticos etc.

Mais do que isso, ele estenderá essa tese às suas consequências mais radicais. Nesse movimento, talvez seja possível afirmar que sua crítica venha a alcançar, inclusive, algumas das concepções de Max Weber.

Sabe-se que Weber defendia a multidirecionalidade dos fluxos causais no estudo dos processos e dos fenômenos sociais. Em outras palavras, ele foi um adversário persistente do materialismo histórico, argumentando que a investigação dos fenômenos sociais através da determinação econômica, embora pertinente a certas questões ou objetos de pesquisa, seria apenas uma das modalidades possíveis de explicação do social, mas jamais a única ou a de maior ascendência sobre as outras possibilidades de explicação não econômica dos fenômenos e dos processos sociais. Assim, Weber considerava útil e legítimo às ciências sociais conceber a distinção entre interesses “ideais” e “materiais”.

Polanyi, ao contrário, estende radicalmente sua crítica até o ponto de reputar como “perniciosa” a própria divisão dos interesses que mobilizam os homens entre “ideais” e “materiais” (p. 222). Ele afirma, inclusive, que, ao contrário das realidades próprias e inconfundíveis às experiências religiosas, estéticas ou sexuais, seria simplesmente impossível afirmar a existência de uma experiência econômica *sui generis* (p. 213).

Para sustentar esse ponto, ele retorna a Aristóteles e afirma que, de fato, o homem não é um ser econômico, mas um ser social: “Não almeja [o ser humano] salvar seu interesse individual na aquisição de posses materiais, e sim garantir sua receptividade social, seu *status* social e seus bens sociais. Valoriza suas posses sobretudo como um meio para atingir esses fins” (p. 215).

Assim, pelas variadas razões que busquei expor – e outras que o leitor desvendará autonomamente –, *A*

subsistência do homem e ensaios correlatos revela-se um formidável convite à retomada do interesse pelo debate da instigante obra de Karl Polanyi. No momento histórico atual, em que ainda lidamos com as consequências da crise financeira, deflagrada pelo *crash* do crédito imobiliário norte-americano em 2008, o leitor será agraciado com a preciosa oportunidade de ler uma obra que dialoga ininterruptamente com os clássicos da sociologia, sem deixar, entretanto, de ser assustadoramente contemporânea.

Notas

1. Conforme as notas da edição brasileira, três desses textos foram publicados em Polanyi, Arensberg e Pearson (1957). Outros dois textos referem-se a notas de aula e à publicação de um artigo, de 1947, enquanto o último texto da edição em português corresponde a um capítulo de Dalton (1968).
2. E, em menor grau, de Tönnies, uma vez que a oposição proposta por Polanyi entre o capitalismo liberal e as formações pré-capitalistas é apresentada, por vezes, em termos que nos remetem diretamente à oposição entre as noções de “comunidade” e “sociedade” constituída por Tönnies (2011) para a reflexão sobre a sociedade moderna.
3. Como Polanyi esclarece ao longo dos textos, trata-se dos impérios constituídos a partir das exigências políticas da irrigação de grandes territórios – o império babilônico, por exemplo.

Referências Bibliográficas

- DALTON, George. (1968), *Primitive, archaic and modern economies*. Boston, Beacon Press.
- GRANOVETTER, M. (1985), “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”. *American Journal of Sociology*, 91: 481-510.
- POLANYI, K. (1977), *The livelihood of man*. Waltham, MA, Academic Press,
- _____. (1980), *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus.
- POLANYI, K; ARENSBERG, C. & PEARSON, H. (orgs.). (1957), *Trade and markets in the early empires*. Glencoe, IL, The Free Press.
- TÖNNIES, F. (2011), *Community and society*. Nova York, Courier Dover.